

**O PROTAGONISMO LOCAL POR MEIO DA DEMOCRATIZAÇÃO DA
INFORMAÇÃO, UM ESTUDO DE CASO: CURSO AGENTE EM INCLUSÃO
DIGITAL PROEJA-FIC.**

**THE LOCAL PROTAGONISM THROUGH THE DEMOCRATIZATION OF
INFORMATION, A CASE STUDY: AGENT COURSE IN DIGITAL INCLUSION
PROEJA-FIC**

Vantui Rodrigues de Souza¹

Roberto Martins De Souza²

RESUMO: Discutir o advento do avanço tecnológico e sua influência no processo de democratização da produção e distribuição de informação na sociedade, passa no atual estágio, por considerar o conhecimento mínimo da operação de dispositivos digitais portáteis e do acesso às chamadas redes sociais. Levando em consideração o enfoque dos estudos em Ciência, Tecnologia e Sociedade (CTS). O presente trabalho relata uma experiência de democratização da informação, na região da periferia de Paranaguá, possibilitada pelo Programa Nacional de Integração da Educação Básica com a Educação Profissional na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (PROEJA) de Formação Inicial e Continuada (FIC) em Agente de Inclusão Digital, organizado pelo Eixo PROEJA do Campus Paranaguá. Nessa proposta de educação profissional a finalidade é que os estudantes desenvolvam habilidades e competências para, dentre outros conteúdos, desenvolver a comunicação popular através da produção e distribuição de material de mídia local relacionado a denúncias sobre a precarização da infraestrutura pública dos bairros, bem como as formas de resistência dos sujeitos da periferia que constroem o espaço urbano em Paranaguá. O intuito da formação é contribuir para o processo social da democratização da informação e da comunicação por meio de uma reeducação do uso das redes sociais.

Palavras-chave: Educação. Proeja-Fic. CTS. Rede social. Periferia.

ABSTRACT: To discuss the advent of technological advancement and its influence in the process of democratization of the production and distribution of information in society, passes in the present stage, considering the minimum knowledge of the operation of portable digital devices and access to so - called social networks. Taking into account the focus of studies in Science, Technology and Society (CTS). The present work reports an experience of

¹ IFPR, Campus Paranaguá E-mail: vantuisouza@gmail.com

² IFPR, Campus Paranaguá E-mail: Roberto.souza@ifpr.edu.br..

democratization of information in the periphery of Paranaguá, made possible by the National Program of Integration of Basic Education and Professional Education in the Modality of Education of Young and Adults (PROEJA) of Initial and Continued Formation (FIC) in Digital Inclusion Agent, organized by the Proeja Axis of the Paranaguá Campus. In this proposal of professional education the purpose is for students to develop the skills and competences to, among other contents, develop popular communication through the production and distribution of local media material related to denunciations about the precariousness of the public infrastructure of the neighborhoods, as well as the forms of resistance of the subjects of the periphery that construct the urban space in Paranaguá. The aim of the training is to contribute to the social process of the democratization of information and communication through a reeducation of the use of social networks.

Keywords: Education. Pro-Fic. CTS. Social network. Periphery

1. INTRODUÇÃO

O campo de estudos em Ciência Tecnologia e Sociedade CTS vêm sendo constituído há pelo menos cinco décadas, sua formação remonta a década de 60 (GODINHO, 2017). A base epistemológica dos estudos em CTS engloba intelectuais de várias áreas do conhecimento: filósofos, sociólogos, antropólogos engenheiros, historiadores e vários outros profissionais que se dispõem a debater o caráter social da ciência e da tecnologia (BOCK, 2015).

Os estudos em CTS na sua gênese nascem com a finalidade de questionar a produção do conhecimento científico, entendido até então, como, estando acima de questionamentos de seus efeitos sociais e naturais. Outro ponto central dos estudos CTS é discutir a tecnologia, questionar sua expansão e seus artefatos, como um movimento uniforme e neutro que levaria a humanidade a um patamar superior. Os teóricos da CTS - BLOOR (2003); NEDER (2010); BAZZO (2003); CALLON (1995) e, LATOUR (1997) - em grande parte refutam a ideia da neutralidade da ciência e da tecnologia, construindo uma narrativa que tem por finalidade demonstrar que a ciência e a tecnologia estão imersas em contextos sociais, políticos, culturais e econômicos, portanto, permeada por interesses sociais de várias ordens (BOCK, 2015).

É, no entanto na obra de Thomas Kuhn intitulada “A Estrutura das Revoluções Científicas”, escrita na década de 1970, que se produz o conceito de ciência e tecnologia na contra mão das narrativas predominantes. KUHN (1970) estabeleceu ligações com o ramo da filosofia e das ciências humanas, e construiu sua obra partindo do enfoque historicista. Sua obra rompe com uma leitura hegemônica, que instituía a neutralidade universal do conhecimento científico, e assim inaugura um novo olhar sobre a ciência, o conceito de quebra de paradigmas, coloca a discussão sobre a produção da ciência em outro patamar.

Para BAZZO (2017) a ciência pode ser definida a partir do seu objeto de estudo e do seu método. Em relação ao método temos historicamente a

predominância dos métodos indutivos, dedutivos e hipotético dedutivo. A tecnologia pode ser considerada o conjunto de técnicas, geralmente ligadas à produção humana, um dos pontos de vista mais aceito é de que a tecnologia seria a ciência aplicada. Tanto a ciência como a tecnologia é geralmente usada ou para a regulação ou para a emancipação humana, ambas são embutidas de interesses humanos, nosso foco nesse artigo será de certo modo analisar os impactos sociais da aprendizagem do uso de tecnologias da informação aplicada à comunicação popular³. “A humanidade vive, mais do que nunca, sob os auspícios e domínios da ciência e da tecnologia, e isso ocorre de modo tão intenso e marcante que é comum muitos confiar nelas como se confia numa divindade” (BAZZO, 2017. p., 105).

Ainda segundo o autor, há muitas décadas a ciência e a tecnologia vem ditando o comportamento social humano, tanto coletivo como individual, portanto, é de suma importância discutir o sentido dos usos da ciência e da tecnologia, bem como seus efeitos. Esse movimento epistemológico busca contrapor a hegemonia do que é “a verdade” estabelecida pela ciência moderna e seus critérios. A tecnologia não seria neutra e sim carregada de valores. Mas como desenvolver um processo social que leve em conta à articulação entre a ciência, tecnologia e a sociedade? Se vivemos em uma sociedade estruturada por um comportamento conformado, a mercê de sistemas interconectados falar sobre a educação em ciência e tecnologia, os diversos atores sociais, principalmente o cidadão comum precisam saber das implicações que o desenvolvimento tecnológico gera em nossa sociedade (BAZZO, 2017).

Somente quando a alfabetização em ciência e tecnologia for entendida neste contexto mais amplo poderá haver uma esperança real de que a configuração do nosso mundo futuro será traçado por

³ O conceito de “Comunicação Popular” utilizado, parte da obra de PERUZZO, 1998. “Portanto, é uma comunicação que se compromete, acima de tudo, com os interesses das comunidades onde se localiza e visa contribuir na ampliação dos direitos e deveres do cidadão” (Peruzzo, 1998. pg.03).

um eficiente controle público, de modo que os processos científicos e tecnológicos beneficiem verdadeiramente a humanidade. (BAZZO, 2017. pg, 105)

Segundo BOCK “o desenvolvimento científico e tecnológico proporcionou uma série de benefícios à sociedade. Não podemos considerar que ocasione somente efeitos positivos à sociedade” (2016, Pg. 6). Entre os efeitos negativos podemos pontuar uma nova forma de exclusão, a exclusão digital. Esse tipo de segregação atua com mais força ainda se levarmos em conta a questão geracional, a baixa escolarização da população e a desigualdade econômica, sobretudo, quando o acesso ao sinal de internet ainda não é acessível a grande parte da população de baixa renda. Nesse sentido apresentamos uma breve introdução em relação a uma das ferramentas de comunicação mais utilizadas na atualidade. Apesar do facebook não ser uma plataforma específica para se criar um fórum de discussão, essa plataforma pode ser usada para se publicitar ideias, denúncias e tornar os debates locais publicitados por meio desse canal.

O objetivo deste artigo é relatar a experiência de construção de uma educação cidadã e socialmente emancipatória, pelo empoderamento no uso das redes sociais, na tentativa de possibilitar à democratização da comunicação de um grupo de estudantes matriculados na Educação de Jovens e Adultos – EJA, moradores na periferia de Paranaguá. O artigo se constitui pelo método qualitativo e dispõe de pesquisa bibliográfica e netnográfica⁴, orientado pela perspectiva da CTS. Optou-se por realizar em seguida uma breve apresentação de uma das redes sociais mais difundidas no momento atual, o facebook, e também do dispositivo utilizado pelos educandos – smartphone -, pois são os dois principais instrumentos utilizados pelos educandos no curso.

⁴ Netnografia é uma nova vertente no campo etnográfico, trata-se de um instrumento de pesquisa que explora a base de dados on-line, meios de comunicação eletrônica, redes sociais, websites, email. (REIS,2013)

2.1 A possibilidade da mídia comunitária “As redes sociais”

O Facebook é na atualidade uma das maiores redes social do mundo, criada em meados de 2004, a rede chega em 2017 com a marca de mais de dois bilhões de usuários. A empresa ainda é dona de outros dois gigantes das redes sociais, o Whatsapp e o Instagram.

Para ter acesso ao facebook o usuário deve primeiro fazer um cadastro no site, após isso o usuário pode se relacionar com outros usuários. Compartilhar arquivos de mídia como fotos, vídeos e áudios é o recurso base desta rede social. Basicamente o usuário cria uma página, onde alimenta com determinados arquivos, podendo se relacionar em rede como uma enorme quantidade de usuários, quase que em qualquer lugar do planeta. Pode também compartilhar os dados de outros usuários de sua rede de forma instantânea. Outro dado importante são as páginas de grupos, elas podem ser criadas com diversos interesses. Quem define o nome do grupo automaticamente esta classificando uma identidade, essa classificação pode servir para aumentar ou afastar possíveis atores de suas respectivas redes. Essas redes podem compartilhar interesses em comum de grupos e pessoas.

A influência do Facebook na última década foi grande, de certo modo começou a influenciar diretamente toda a estrutura política, cultural, educacional e econômica, entre outros aspectos da sociedade. Sem dúvida as redes sociais na atualidade mudaram de forma expressiva a forma como as pessoas se relacionam, alterou a forma de se fazer comércio desde as grandes marcas mundiais até os negócios locais. Mas para que isso seja possível nos dias atuais, devemos considerar também a criação de dispositivos que possibilitam tais ações.

Em relação ao desenvolvimento dos dispositivos portáteis verifica-se que: “No início dos anos 2000, surgem os primeiros celulares com tela colorida, câmera digital integrada, jogos e mp3 player. Em 2005, o dispositivo N70, que aceitava aplicativos e vinha com duas câmeras, difundiu a prática de registrar tudo com o celular” (REIS, 2013. pg, 15). O marco atual dos dispositivos com telas sensíveis ao toque veio com o lançamento em 2007 do *iphone*, a

possibilidade de conexão com a internet e a possibilidade de se instalar aplicativos (app), fez com que o modelo fosse o mais vendido no mundo na época (REIS, 2013). A maior parte dos dispositivos lançados posteriormente vai acompanhar a mesma forma construtiva. Apesar do facebook não ser uma plataforma específica para se criar um fórum de discussão, essa plataforma pode ser usada para se publicitar ideias, denúncias e tornar os debates locais públicos por meio desse canal. “A participação popular nas experiências avançadas de comunicação comunitária representa um avanço significativo na democracia comunicacional” (PERUZZO, 1998. pg, 12).

Ainda segundo a autora, a comunicação comunitária por meio de possíveis conteúdos crítico-denunciativo-reivindicatórios e anunciativos deve não só visar uma possível ampliação da cidadania, mas também possibilitar o domínio do processo de produção de comunicação que contemple o debate de temas conflituosos locais. É nesse sentido que podemos problematizar o uso do facebook como um artefato tecnológico em si, consoante a ampliação do poder do uso dos aparelhos celulares – smartphones - representam para inserir grupos sociais na pauta da sociedade da informação/comunicação. No entanto, nesses termos, pouco se avança sem acesso ao sinal gratuito da internet e o acesso a um processo educacional público e de qualidade que efetive a aprendizagem da comunicação popular associado ao uso das TICs.

2.1.1 A EXPERIÊNCIA DE UMA FORMAÇÃO CIDADÃ: OS CURSOS PROEJA-FIC NO IFPR.

Os cursos PROEJA na modalidade Formação Inicial e Continuada – FIC, tiveram início no ano de 2014 no Campus Paranaguá, e se estruturaram de forma a atender a modalidade de Educação de Jovens e Adultos – EJA em concomitância com a rede pública estadual de ensino, no período noturno. No entanto a nível nacional, proposta tem início no ano de 2009.

No dia 08 de abril de 2009 a Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica - SETEC do Ministério da Educação - MEC lançou o Ofício Circular nº 40 GAB/SETEC/MEC convidando às Instituições da

Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica para que, em parceria com os municípios brasileiros, elaborassem propostas para implantação do Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos, Formação Inicial e Continuada com o Ensino Fundamental (PROEJA FIC) (BRASIL, 2017).

A forma de oferta do curso de formação de agente em Inclusão Digital em Mídias Sociais no IFPR Paranaguá é concomitante ao ensino fundamental com a duração de 8 meses, totalizando uma carga horária prevista de 200 horas. Os principais requisitos para ter acesso ao curso são: ter concluído o ensino fundamental; estar matriculado na EJA e, ter idade mínima de 17 anos.

Para atender a formação em EJA, o IFPR recorre à concomitância através da parceria com alguns colégios da região, entre eles: Colégios Estaduais Vidal Vanhoni, Porto Seguro e CEEBJA (IFPR, 2017). A necessidade de criação do curso, leva em conta as demandas sociais narradas pela comunidade local, visando atender vários bairros que compõem o entorno da instituição, denominada de Periferia de Paranaguá.

Essas comunidades são marcadas em grande parte, pela exclusão social e territorial, já que em grande parte são famílias de baixa renda, que entre outros motivos são considerados moradores de áreas de ocupação irregular e clandestinas. São vítimas da ausência de uma política pública de urbanização que lhes garanta uma moradia adequada, consoante o capítulo da Política Urbana disposta na constituição de 1988, além do que preconiza o Estatuto das Cidades (BRASIL, 2001) e o Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado da Cidade de Paranaguá (PDDI, 2007).

Nesse contexto (IFPR, 2017) O Proeja Agente em Inclusão Digital em Mídias Sociais é uma resposta da educação escolar cidadã ao fenômeno da exclusão das ferramentas de acesso a tecnologia digital nas periferias das cidades. A base da proposta deste curso PROEJA-FIC, considera que parte expressiva dos sujeitos que desenvolvem seus processos de vida e trabalho, em áreas da periferia da cidade até conseguem ter acesso a alguns artefatos tecnológicos, como por exemplo, os smartphones, mas mesmo assim, não

conseguem dispor do aparelho como ferramenta de empoderamento social, principalmente em relação a grande mídia de massa, bem como são considerados excluídos digitais em função de não disporem de acesso ao sinal da internet, uma vez que os custos de contratação desse serviço são altos. Em tempo onde segundo Santos (2013) “Informar também é governar”, verifica-se outras formas de driblar a participação popular no ambiente da comunicação. Por estes motivos, o processo educativo encontrou desde seu princípio limitações para avançar em sua proposta emancipatória, considerando que a principal finalidade do curso alcança tão somente a capacitação do sujeito da comunidade a utilizar a tecnologia, para produzir e distribuir por meio de redes sociais informações comprometidas com mudanças na realidade local e críticas as políticas públicas, levando em conta o protagonismo e as demandas da comunidade.

Ainda que aplicativos de mensagens tenham se popularizado com rapidez nos último 5 anos, isso não significa a ampliação do domínio das TIC's (Tecnologias da Informação e da Comunicação) e suas linguagens mais básicas (editores de texto, planilhas, mapas, edição de vídeos e imagens) que acentuam a necessidade de qualificação profissional. Pelo contrário, o que se explicita é o surgimento de novas formas de desigualdade dentre os usuários das TIC's. (IFPR, 2017).

A democratização da comunicação, que o uso adequado das redes sociais pode possibilitar, tem o potencial de promover a abertura para o protagonismo dos sujeitos marginalizados no processo histórico de produção da informação e da comunicação diversificada, ancorada no interesse público, todavia, esse alcance depende de políticas públicas que promovam um amplo debate político sobre o tema, numa perspectiva de popularização da ciência e da tecnologia das mídias digitais. Caso contrário se perpetua o diapasão emitido pela grande mídia de massa que determina o conteúdo cultural formador da opinião pública. Ao reler Castells (2000) observa-se que:

As estruturas sociais são criadas, reproduzidas e transformadas pelos atores sociais que podem ainda se engajar em conflitos sociais com resultados imprevisíveis é uma característica da Era da Informação é

a organização em redes como elemento chave da morfologia social que é incrementada pelas novas tecnologias da informação e comunicação que tornaram as redes capazes de ter uma descentralização flexível e ao mesmo tempo proporcionar elementos para uma tomada de decisão (CASTELLS, 2000).

Assim, não só o acesso dos grupos de periferia aos artefatos tecnológicos, mas também sua formação para o uso político-organizativo pode servir de instrumento de luta e resistência contra a hegemonia das pautas selecionadas, produzidas e controladas pelos interesses econômicos ancorados, desde sua origem, nas grandes redes de comunicação, mas colaborar com a democratização da comunicação em espaços socialmente excluídos da cidade.

Neste rumo, a tecnologia criticamente refletida, abre a oportunidade para repensar um novo processo de divisão social dos bens culturais, (IFPR, 2017). Caso concreto foi identificado nas atividades de ensino conduzidas pelo PROEJA-FIC a partir de situações reais relacionadas ao passivo que caracteriza às péssimas condições de vida na periferia, resultado da negação do direito a cidadania, pela exclusão de acesso adequado ao saneamento, aos equipamentos de saúde, de lazer, e até mesmo aos serviços essenciais de abastecimento de água e energia elétrica, violações a dignidade, que fazem parte do cotidiano de grande parte da população da periferia. De outro modo, o uso das TICs apreendida no PROEJA-FIC vem colaborando no esforço de empreender uma maior conscientização política da população através de novas formas de percepção dos conflitos localizados e das formas de resistência urbana, oferecendo um potencial de mobilização às lutas reivindicatórias de direito à cidade, num claro contraponto as pautas da mídia tradicional.

2.1.2 OS AGENTES EM PRÁTICA: DIREITO À CIDADE.

O protagonismo dos sujeitos atendidos pelo PROEJA- FIC Inclusão Digital em Mídias Sociais pode ser observado pela produção cultural postada nas redes sociais, notadamente no canal criado no Facebook intitulado “A

Periferia de Paranaguá Denuncia e Resiste”. A qualificação profissional que a princípio visava o domínio de habilidades básicas para o uso de aplicativos de edição de texto e imagens em computadores de mesa - pois esse tem uma cognitividade diferente do celular, tendo um mecanismo de interação tem acesso diferenciado - se estende ao uso de recursos de aparelhos smartphone, passando pela aprendizagem de ferramentas de edição de texto, imagens e vídeos com aplicação a partir dos celulares, visando à criação de canais de notícias e de negócios na plataforma das redes sociais.

A matriz da formação para essa proposta é o conceito de “comunicação popular”, baseada na necessidade dos movimentos sociais e populares promoverem a conscientização, organização e estabelecimento de ações coletivas locais, visando uma melhora em suas condições de vida. O processo que constitui a comunicação popular inicia-se com a necessidade das classes subalternas em analisar criticamente as informações oriundas das classes dominantes e seus interesses em propagar suas ideologias por meio da mídia digital. De outro modo, as mini reportagens produzidas pelo grupo, e compartilhadas na página da rede social mostram esse empoderamento pelas técnicas de produção de notícias, e se vale de situações locais consideradas pelo grupo social como sinais da desigualdade e exclusão territorial da periferia: valetas abertas, falta de saneamento, ciclovias mal projetadas, ruas sem pavimentação, ocupações urbanas sem regularização fundiária, dentre outras. Ou seja, os estudantes refletiram sobre a seleção das pautas prevaletentes, bem como a ausência das políticas públicas em seus locais de moradia, pouco anunciadas na mídia local. Outro aspecto se refere a autoimagem produzida da periferia da cidade a partir dos meios tradicionais de comunicação, sempre associados a situações de violência, pobreza e ilegalidade.

Por esta razão, o ensino da comunicação popular é antes de tudo, uma ação política na tentativa de estabelecer a produção e distribuição de conteúdos midiáticos, com informações produzidas a partir do cidadão comum e a comunidade local. A mobilização em torno desse fenômeno visa possibilitar a participação ativa, principalmente dos sujeitos e comunidades de áreas

periféricas da cidade, pois é geralmente nessas regiões que as demandas relacionadas à educação, saúde, transporte, segurança pública e direito a moradia são negados. A não representatividade das temáticas locais pelos meios de comunicação de massa tradicionais também é um elemento importante na constituição desse fenômeno que destrói a autoestima da população (PERUZZO, 1998).

A fim de compreender criticamente o campo de debates acerca da democratização da comunicação e suas possibilidades a partir das TICs o curso foi organizado por componentes curriculares que incluíram noções básicas em informática, abertura de contas de email e perfil no facebook, além de técnicas de filmagem e tratamento de imagens.

Nesse processo de formação profissional o desafio principal foi metodológico, ou seja, propiciar que sujeitos com baixa escolaridade aprendessem a utilizar determinados artefatos tecnológicos, terem acesso ao conhecimento de como se produzir a informação e dominar minimamente a tecnologia. Ainda que o smartphone possa ser considerado um artefato popular, seus recursos tecnológicos são desconhecidos, considerando o objetivo de produzir informações qualificadas e palatáveis ao consumo cultural do público da periferia. Nesse sentido, esse modelo de informação deve ser objetivo, trazer elementos que identifiquem o bairro, mostrar o conflito, o problema, e a solução adequada às necessidades do local.

Pode-se observar pelos vídeos postados, que a tecnologia pode possibilitar a inclusão de novos atores no processo democrático, visto que a comunicação popular produzida por moradores da periferia, após o domínio de operação de recursos básicos e o uso das redes sociais, cumpriu em grande medida sua função de denunciar e valorizar o lugar de moradia.

Hoje, o grupo formado pelo curso alimenta uma página no facebook denominada por eles como “A periferia de Paranaguá resiste e denuncia”, onde o material produzido por esses profissionais (imagens, vídeos, áudios, etc.) criam narrativas, que vão desde denúncias mostrando toda a precariedade dos moradores da periferia, como também valorizam seu lugar ao mostrar os

serviços presentes na comunidade. Aprenderam, em grande medida, a produzir e distribuir a informação com a finalidade de sensibilizar e transformar as relações de poder em sua cidade através da comunicação popular produzida fora do centro de poder local, o que abriu possibilidades de ampliar o sentido do uso das redes sociais.

Como já descrito anteriormente, outro ponto positivo é a valorização do local e das formas de trabalho predominantes, marcadas pela informalidade, o que se pretendeu apresentar como um “novo olhar” sobre a periferia, até então subsumido em cenários caóticos pela mídia tradicional. Tais situações invertidas tem o poder de influenciar no aumento da autoestima da população local relacionado ao protagonismo do trabalho presente nas comunidades, como um novo padrão de dignidade. Ao invés do lugar da ociosidade, do crime e da malandragem, foram apresentados os desejos, sonhos e lutas do cotidiano de seus moradores, como por exemplo: pequenos negócios, comércios e serviços disponibilizados dentro das comunidades, afirmando a identidade coletiva positiva através da resistência dos sujeitos da periferia na produção social de suas vidas.

Conquanto essa produção cultural ainda seja tímida, se comparada as informações da mídia de massa, a experiência do curso nos apontou caminhos para a democratização dos instrumentos e artefatos tecnológicos das mídias digitais populares pela via da comunicação popular, nos provocando a refletir sobre o enfoque CTS aplicado aos artefatos tecnológicos apresentados.

A oportunidade de analisar e acompanhar o Curso PROEJA-FIC Inclusão Digital em Mídias Sociais, nos fez questionar *in loco*, a reflexão crítica sobre o papel de uma das mais significativas tecnologias de nosso tempo – redes sociais – e sua possibilidade de democratizar os meios de comunicação, disputando a influência na formação da informação na esfera pública, pelo menos no plano local.

3. CONSIDERAÇÕES

Observa-se que a tecnologia quando refletida criticamente em espaços de formação profissional/educacional impõe um novo modo de ser, de pensar e de agir, mesmo nos grupos sociais menos favorecidos. A educação, por meio de uma formação cidadã que capacite os sujeitos a desenvolverem seus processos de vida, considerando suas demandas, locais pode e deve visar o fortalecimento dos laços sociais comunitários. O empoderamento por meio da popularização com fins também emancipatórios de determinada tecnologia, deve visar à diminuição da distância entre o cidadão, as instituições sociais e o Estado, de forma a se considerar, no caso em análise, o uso das redes sociais como ferramenta para a democratização dos meios de comunicação, em oposição ao atual modelo concentrador e manipulador da informação.

Por fim, observa-se que essa experiência de qualificação profissional em mídias digitais, facultou por meio do Curso PROEJA-FIC Agente em Inclusão Digital conhecimentos e metodologias adequadas ao público da periferia para fazer da tecnologia e de seus artefatos, alavancas para transformação social de realidades precarizadas. Ainda que em pequena escala, tentamos demonstrar as possibilidades de um novo agir comunicativo a partir das redes sociais, mediadas pelas técnicas e reflexões propiciadas pela comunicação popular. No entanto, pensar sua efetivação depende também de políticas que popularizem o acesso à internet gratuita ou de baixo custo, ou mesmo criação de telecentros em espaços públicos para populações da periferia. Ou seja, muitos e novos debates sobre CTS ainda precisam ser comunicados.

REFERÊNCIAS

BAZZO, W.A. **Ciência, tecnologia e sociedade: e o contexto da educação**. 5 ed-Florianópolis: editora da UFSC. 2007

BOCK, B, S. **Ciência, tecnologia e sociedade e a construção social da tecnologia no Brasil: uma análise por representação de redes sociais**. (Dissertação de mestrado) CEFET, Rio de Janeiro. 2015

CASTELLS, M. A **sociedade me rede: A era da informação, economia, sociedade e cultura**; v1. São Paulo: Editora Paz e Terra, 1999.

GODINHO, S.G; MARIZ, R.S. **Tecnologia Social e empoderamento: o caso do aplicativo Solidarius** Memórias de la Séptima Conferencia Iberoamericana de Complejidad, Informática y Cibernética (CICIC 2017).

PERUZZO, Cicília Maria Krohling. «**Comunicação nos movimentos Populares**»: a participação na construção da cidadania. Petrópolis: Vozes, 1998.

REIS, B, S.SOUZA DOS. “**Você tem WhatsApp?**” Um estudo sobre a apropriação do aplicativo de celular por jovens universitários de Brasília; Brasília/DF, Dezembro de 2013 (Monografia).

SANTOS, M. **Técnica espaço tempo – Globalização e meio técnicocientífico-. Informacional**. 5, ed. 1. reimpr. -São Paulo: Editora da universidade de São Paulo, 2013.

SIMONARD. P;SANTOS.A,R,V. **Identidade, Pertencimento E Engajamento Político Nas Mídias Sociais** R. Inter. Interdisc. INTERthesis, Florianópolis, v.14, n.3, p.16-31 Set.-Dez. 2017.

KUHN, T. S. **A estrutura das revoluções científicas**. São Paulo: Editora Perspectiva, 1989.

<http://paranagua.ifpr.edu.br/proeja/inclusao-digital/> (Acesso em 25/11/2017)

<https://www.facebook.com/search/top/?q=a%20periferia%20de%20paranagu%C3%A1%20denuncia%20e%20resiste> (Acesso em 25/11/2017)

<http://portal.mec.gov.br/proeja/saiba-mais> (Acesso em 02/12/2017)

<http://www.revistas.usp.br/Rumores/article/viewFile/51162/55232>(Acesso em 04/03/2018)

Edição especial – Programa de Pós-Graduação em Ciência, Tecnologia e Sociedade do IFPR

Editores – Cíntia de Souza Batista Tortato Rogério Baptistella

Revista Mundi Sociais e Humanidades. Curitiba, PR, v. 3, n. 1, mar. 2018